

Deliberação CBH-ALPA nº 147 de 16/12/2016.

Revoga a Deliberação CBH-ALPA nº 141, de 18 de novembro de 2016 e aprova alterações do estudo de fundamentação da cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI-14, Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema.

O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO PARANAPANEMA – CBH-ALPA, no uso de suas atribuições legais, dispostas em seu Estatuto, e;

Considerando a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Política e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo;

Considerando que aos dez dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e seis no município de Piraju, ocorreu a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, conforme ata da 1ª Reunião Ordinária de Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema.

Considerando a Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, estabelecendo etapas a serem cumpridas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas para viabilização da cobrança.

Considerando a Deliberação CBH-ALPA nº 076/2007, de 05 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a implantação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema;

Considerando a Deliberação CBH-ALPA n.º 089/2009, de 18 de dezembro de 2009, que atualizou Cronograma de Atividades para a Implantação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema;

Considerando a Deliberação CBH-ALPA n.º 104/2011, de 15 de dezembro de 2011, que definiu para dezembro de 2013, em seu Anexo I, o início da cobrança pelo uso da água no âmbito do CBH-ALPA;

Considerando que o CBH-ALPA aprovou o Plano Plurianual de Investimentos do Plano de Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema 2016-2019 de acordo com a Deliberação CBH-ALPA n.º 136, de 17 de maio de 2016;

Considerando as atividades do Grupo de Trabalho para o estudo da viabilidade de implantação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (GT-COB), especialmente criado para tratar deste assunto (Deliberação CBH-ALPA n.º 078/2008, de 17 de junho de 2008);

Considerando que a UGRHI-14 (Alto Paranapanema) possui 743 usos outorgados/licenciados e 214 em processo de outorga, passíveis de cobrança, conforme cadastro do Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

Considerando a Deliberação CRH n.º 90, de 10 de dezembro de 2008, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo;

Considerando a Deliberação CRH n.º 111, de 10 de dezembro de 2009, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH que estabelece conteúdo mínimo dos estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo a ser apresentado pelos Comitês de Bacias para referendo do CRH;

Considerando que o DAEE e a CETESB procederão a revisão e consolidação do cadastro de usuários, visando auxiliar na constituição de banco de dados específico para a cobrança na UGRHI-14 (Alto Paranapanema).

Considerando a ampla discussão no âmbito da UGRHI 14, para definir os valores e fundamentos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos dos usuários urbanos e industriais.

Considerando as aprovações das Deliberações CBH-ALPA nº 111/2012 de 31 de outubro de 2011, nº 123 de 24 de maio de 2014, nº137 de 17 de maio de 2016 e nº139 de 17 de maio de 2016, que aprovaram e alteraram a proposta de mecanismo de valores para a cobrança pelos usos urbano, industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI-14 Alto Paranapanema.

Considerando as recomendações constantes dos pareceres da Câmara Técnica de Cobrança (CT-COB) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), por ocasião das reuniões ocorridas em 30 de março de 2012, 25 de fevereiro de 2015, 13 de julho de 2016, 25 de outubro e 30 de novembro de 2016 que propuseram adequações do estudo de fundamentação de da deliberação que versa sobre o tema.

DELIBERA:

Os artigos 1º a 12 ficam revogados conforme artigo 13 da Deliberação CBH-ALPA nº 151 de 23 de fevereiro de 2017.

~~**Artigo 1º** - Aprova a proposta constante desta Deliberação para ser apresentada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH visando à implantação da cobrança dos usuários urbanos e industriais pelo uso de recursos hídricos nos corpos de água de domínio do Estado de São Paulo, existentes na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Paranapanema (UGRHI 14), a partir de Janeiro de 2018.~~

~~**Artigo 2º** - Os Preços Unitários Básicos - PUB's, definidos no art. 10 e no item 9 do Anexo do Decreto nº 50.667/06, serão os seguintes:~~

~~I - para captação, extração e derivação: $PUB_{CAP} = R\$ 0,009$ por m^3 de água captada, extraída ou derivada;~~

~~II - para consumo: $PUB_{CONS} = R\$ 0,02$ por m^3 de água consumida;~~

~~III - para lançamento de carga de $DBO_{5,20}$: $PUB_{DBO} = R\$ 0,09$ por kg de carga de Demanda Bioquímica de Oxigênio (de 5 dias a 20°C) - $DBO_{5,20}$;~~

~~**Parágrafo único** – Os PUB's descritos no caput deste artigo serão devidos pelos usuários de recursos hídricos, a partir da implantação da cobrança na UGRHI-14 (Alto Paranapanema), seguindo a progressividade de aplicação abaixo:~~

~~I – 60% dos PUB's, no primeiro exercício fiscal;~~

~~II – 75% dos PUB's, no segundo exercício fiscal;~~

~~III – 100% dos PUB's, no terceiro exercício fiscal em diante.~~

~~**Artigo 3º** – Serão considerados usos insignificantes as extrações de águas subterrâneas e as derivações ou captações de águas superficiais, bem como os lançamentos de efluentes em corpos d'água, até o volume de 05 (cinco) metros cúbicos por dia, isoladamente ou em conjunto.~~

~~**Artigo 4º** – O Valor Total da Cobrança – Valor Total que cada usuário de recursos hídricos deverá pagar, será calculado com base nos usos de recursos hídricos a serem efetuados no ano do pagamento, no período compreendido entre 1º de janeiro, ou a data do início da utilização de recursos hídricos para usos implantados durante o ano, até 31 de dezembro.~~

~~**§ 1º** – O pagamento referido no caput deste artigo poderá ser efetuado em parcela única ou em até 12 (doze) parcelas mensais de igual valor com vencimento no último dia útil de cada mês, sendo que o número de parcelas não poderá ultrapassar o correspondente número de meses apurado no cálculo do Valor Total.~~

~~**§ 2º** – Fica estabelecido valor mínimo de cobrança no montante de R\$ 30,00 (trinta reais), devendo-se obedecer às seguintes formas de cobrança:~~

~~I – Quando o Valor Total for inferior a 2 (duas) vezes o valor mínimo de cobrança, o montante devido será cobrado do usuário de uma única vez;~~

~~II – Quando o Valor Total for igual ou superior a 2 (duas) e inferior a 12 (doze) vezes o valor mínimo de cobrança, será efetuada a cobrança com número de parcelas inferior a 12 (doze), de tal modo que o valor de cada parcela não seja inferior ao valor mínimo de cobrança.~~

~~III – Quando o Valor Total for inferior ao mínimo estabelecido (R\$ 30,00), o mesmo será acumulado até atingir o valor estabelecido.~~

~~§ 3º – No primeiro ano da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, caso a mesma não seja efetuada a partir do primeiro mês do exercício fiscal, o montante a ser cobrado será calculado proporcionalmente aos meses subsequentes até o final do exercício fiscal, dividido em parcelas iguais correspondentes;~~

~~**Artigo 5º** – Considerando todos os tipos de uso e seus respectivos coeficientes de ponderação, o Valor Total de Cobrança Anual será a soma de cada parcela correspondente ao Valor Total de Cobrança pela captação, derivação ou extração, Valor Total de Cobrança pelo consumo e Valor Total de Cobrança pelo lançamento, como segue a fórmula:~~

$$\mathbf{VT_{anual} = VCC + VCCo + VCL}$$

Sendo:

~~VT_{anual} = pagamento anual pela cobrança;~~

~~VCC = pagamento anual pela captação, derivação ou extração;~~

~~$VCCo$ = pagamento anual pelo consumo;~~

~~VCL = pagamento anual pelo lançamento de carga poluidora.~~

~~§ 1º – O Valor Total de Cobrança pela captação, derivação ou extração (VCC) será o produto do volume captado, derivado ou extraído pelo preço unitário final para a captação, derivação ou extração, conforme a fórmula:~~

$$\mathbf{VCC = V_{CAP} \times PUF_{CAP}}$$

Sendo:

~~V_{CAP} – Volume captado, derivado ou extraído.~~

~~PUF_{CAP} – Preço Unitário Final para o captado, derivado ou extraído. Determinado pela fórmula:~~

$$PUF_{CAP} = PUB_{CAP} \times (X_1 \times X_2 \times X_3 \times X_4 \times X_5 \times \dots \times X_{13})$$

Onde:

~~PUB_{CAP} — Preço Unitário Básico para volume captado, derivado ou extraído = R\$ 0,009~~

~~Xi (i=1...13) — Coeficientes Ponderadores~~

~~§ 2º — O Valor Total de Cobrança pelo consumo (VCCo) será o produto do volume consumido pelo preço unitário final para consumo, conforme a fórmula:~~

$$VCCo = V_{CONS} \times PUF_{CONS}$$

Sendo:

~~V_{CONS} — Volume consumido.~~

~~PUF_{CONS} — Preço Unitário Final para o consumido. Determinado pela fórmula:~~

$$PUF_{CONS} = PUB_{CONS} \times (X_1 \times X_2 \times X_3 \times X_4 \times X_5 \times \dots \times X_{13})$$

Onde:

~~PUB_{CONS} — Preço Unitário Básico para consumido = R\$ 0,02~~

~~Xi (i=1..13) — Coeficientes Ponderadores~~

~~§ 3º — O Valor Total de Cobrança pelo lançamento (VCL) será o produto da concentração média anual de DBO_{5,20}, presente no efluente final lançado pelo volume de água lançado em corpos d'água, pelo preço unitário final para lançamento, conforme a fórmula:~~

$$VCL = Q_{DBO} \times V_{LANÇ} \times PUF_{DBO}$$

Sendo:

V_{CL} = pagamento anual pelo lançamento de carga poluidora;

Q_{DBO} = concentração média anual de DBO, em kg, presente no efluente final lançado;

$V_{LANÇ}$ = volume de água lançado em corpos d'água, em m³, constante do ato de outorga ou das medições efetuadas pelos próprios usuários, por meio de equipamentos de medição aceitos pelo órgão outorgante, observando o disposto no Artigo 8º.

PUF_{DBO} = Preço Unitário Final;

Onde:

$$PUF_{DBO} = PUB_{DBO} \times (Y_1 \times Y_2 \times Y_3 \times Y_4 \times \dots \times Y_9)$$

PUB_{DBO} = Preço Unitário Básico da carga de DBO_{5,20} lançada – R\$ = 0,09;

Artigo 6º – Os Coeficientes Ponderadores (CP), definidos no artigo 12 do Decreto n.º 50.667, de 30 de março de 2006, com as classificações, valores e condicionantes descritos na Deliberação CRH n.º 90, de 10 de dezembro de 2008, serão empregados no CBH-ALPA conforme segue:

Tabela 01 – Valores dos Coeficientes Ponderadores para captação, extração, derivação.

Captação, Extração e Derivação			
A natureza do corpo d'água	X_1	Superficial	1,00
		Subterrâneo	1,05
A classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação – Decreto Estadual n.º 10.755/77	X_2	Classe 1	1,00
		Classe 2	1,00
		Classe 3	0,95
		Classe 4	0,90
A disponibilidade hídrica local	X_3	Muito Alta ($\leq 0,25$)	1,00
		Alta ($> 0,25$ e $\leq 0,4$)	1,00
		Média ($> 0,4$ e $\leq 0,5$)	1,00

		Crítica ($> 0,5$ e $\leq 0,8$)	1,00
		Muito Crítica ($> 0,8$)	1,00
O grau de regularização assegurado por obras hidráulicas	X ₄	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
O volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X ₅	Sem medição	1,00
		Com medição	1,00
O consume efetivo ou volume consumido	X ₆	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
A finalidade de uso	X ₇	Sistema Público	1,00
		Solução Alternativa	1,00
		Industrial	1,00
A sazonalidade	X ₈	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As características dos aquíferos	X ₉	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As características físico-químicas e biológicas da água	X ₁₀	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
A localização do usuário na bacia	X ₁₁	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As práticas de conservação e manejo do solo e da água	X ₁₂	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
Transposição	X ₁₃	Existente	1,00
		Não-Existente	1,00

Tabela 02 – Valores dos Coeficientes Ponderadores para consumo:

Consumo			
A natureza do corpo d'água	X ₁	Superficial	1,00
		Subterrâneo	1,00
A classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação – Decreto Estadual n.º 10.755/77	X ₂	Classe 1	1,00
		Classe 2	1,00
		Classe 3	1,00
		Classe 4	1,00
A disponibilidade hídrica local	X ₃	Muito Alta ($\leq 0,25$)	1,00
		Alta ($> 0,25$ e $\leq 0,4$)	1,00
		Média ($> 0,4$ e $\leq 0,5$)	1,00
		Crítica ($> 0,5$ e $\leq 0,8$)	1,00
		Muito Crítica ($> 0,8$)	1,00
O grau de regularização assegurado por obras hidráulicas	X ₄	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	

O volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X ₅	Sem medição	1,00
		Com medição	1,00
O consumo efetivo ou volume consumido	X ₆		1,00
A finalidade de uso	X ₇	Sistema Público	1,00
		Solução Alternativa	1,00
		Industrial	1,00
A sazonalidade	X ₈	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As características dos aquíferos	X ₉	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As características físico-químicas e biológicas da água	X ₁₀	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
A localização do usuário na bacia	X ₁₁	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As práticas de conservação e manejo do solo e da água	X ₁₂	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
Transposição	X ₁₃	Existente	1,00
		Não Existente	1,00

Tabela 03 – Valores dos Coeficientes Ponderadores para diluição, transporte e assimilação de efluentes.

Diluição, transporte e assimilação de efluentes (Carga lançada)			
Classe de uso preponderante do corpo d'água receptor	Y ₁	Classe 2	1,00
		Classe 3	0,95
		Classe 4	0,90
O grau de regularização assegurado por obras hidráulicas	Y ₂	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
A carga lançada e seu regime de variação, atendido o padrão de emissão requerido para o local	Y ₃	> 95% de remoção	0,80
		> 90 a ≤ 95% de remoção	0,85
		> 85 a ≤ 90% de remoção	0,90
		> 80 a ≤ 85% de remoção	0,95
		= 80% de remoção	1,00
A natureza da atividade	Y ₄	Sistema Público	1,00
		Solução Alternativa	1,00
		Industrial	1,00
A sazonalidade	Y ₅	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
A vulnerabilidade dos aquíferos	Y ₆	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	
As características físico-químicas e biológicas do corpo receptor no local do lançamento	Y ₇	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>	

A localização do usuário na bacia	Y_3	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>
As práticas de conservação e manejo do solo e da água	Y_3	<i>Não utilizado, conforme artigo 4º, §2º da Deliberação CRH n.º 90 de 10/12/2008.</i>

Artigo 7º - ~~Em relação ao Coeficiente Ponderador Y_3 , para garantir o disposto no § 2º do art. 12 do Decreto 50.667, as amostragens para avaliação das cargas orgânicas afluentes e efluentes à ETE, assim como dos corpos d'água receptores, deverão ser realizadas simultaneamente obedecendo à Nota Técnica anexa à Resolução SERHS/SMA nº 01, de 22/12/2006.~~

Artigo 8º - ~~A cobrança pela captação, extração ou derivação de água será feita de acordo com o previsto no Decreto n.º 50.667, de 30 de março de 2006, destacadamente o previsto no § 3º do art. 12 e nos itens 2 e 3 do seu Anexo, adotando-se para o cálculo os pesos $K_{OUT} = 0,2$ (dois décimos) e $K_{MED} = 0,8$ (oito décimos).~~

~~§ 1º - Quando não existir medição dos volumes captados, será adotado os valores:~~

~~$K_{OUT} = 1$ e $K_{MED} = 0$.~~

~~§ 2º - Quando " $V_{CAP-MED} / V_{CAP-OUT}$ " for maior que 1 (um), será adotado $K_{OUT} = 0$ e $K_{MED} = 1$ e o usuário deverá solicitar retificação da outorga de direito de uso de recursos hídricos e estará sujeito às penalidades previstas na legislação.~~

~~§ 3º - O cálculo do volume captado, com medição, segue a seguinte equação:~~

~~$$V_{CAP} = (K_{OUT} \times V_{CAP-OUT}) + (K_{MED} \times V_{CAP-MED})$$~~

Artigo 9º - ~~Estabelece os valores referentes aos percentuais correspondentes ao cenário recomendado no Plano de Bacia, conforme Quadro 34 do Estudo de Fundamentação de Cobrança Pelo Uso Recursos Hídricos na UGRHI 14.~~

~~I. Prioridade 01 "Gestão" 20%, sendo:~~

~~a) Até 10% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 01 – Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, correspondendo a 10,61% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

~~b) Até 10% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 04 – Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas, correspondendo a 19,90% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

II. ~~Prioridade 02 – “Intervenção” – 80%, distribuídos nos PDC’s:~~

~~c) Até 22% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 03 – Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos, correspondendo a 1,29% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

~~d) Até 20% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 05 – Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano, correspondendo a 3,39% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

~~e) Até 5% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 06 – Desenvolvimento Racional da Irrigação, correspondendo a 14,07% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

~~f) Até 10% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 08 – Prevenção e Defesa Contra Inundações, correspondendo a 8,67% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

~~g) Até 15% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 09 – Prevenção e Defesa Contra a Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos D’água, correspondendo a 3,89% do valor previsto no Plano de Bacia;~~

~~h) Até 8% do valor arrecadado no Programa de Duração Continuada (PDC) 10 – dos Municípios Afetados por Reservatórios e Leis de Proteção de Mananciais, correspondendo a 89,16% do valor previsto no Plano de Bacia.~~

~~**Parágrafo único** - Caso os pleitos enquadrados nesse artigo não alcancem o valor disponível para o respectivo PDC, o saldo de investimento poderá ser remanejado para outros pleitos enquadrados no PDC 03 – Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos, conforme esta Deliberação. Anualmente, o CBH-ALPA definirá o percentual de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança em cada PDC, obedecendo aos limites de cada prioridade, cuja somatória não deve ultrapassar 100% do valor arrecadado.~~

~~**Artigo 10** - Para o caso específico dos usuários de mineração de areia que apresentarem consumo inferior a 5% do volume outorgado para a captação, adotar-se-á como consumo efetivo de água 5% do volume outorgado para a captação, não sendo considerada a carga lançada.~~

~~**Artigo 11** - Os termos constantes desta Deliberação deverão ser revistos pelo CBH-ALPA após dois anos do início da cobrança na UGRHI-14 (Alto Paranapanema), devendo ser observado o disposto no art. 15 do Decreto 50.667/06.~~

~~**Artigo 12** - A cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos no âmbito da UGRHI-14 (Alto Paranapanema) será realizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.~~

~~**Artigo 13** - Aprova o estudo denominado “Fundamentos para a Implantação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na UGRHI-14”, anexo a esta Deliberação.~~

~~**Artigo 14** - Fica revogada a Deliberação CBH-ALPA nº 141 de 18 de novembro de 2016, que aprovou e alterou a proposta de mecanismos de valores para a cobrança pelos usos urbano, industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI-14 Alto Paranapanema.~~

~~**Artigo 15** - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.~~



Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema

Secretaria Executiva: Av. São Sebastião, 125 – Cantizani

Piraju – SP – CEP 18800-000 / Fone (14) 3351-2599

Email: cbhalpa@cbhalpa.com.br

José Carlos Do Nute Rodrigues

Presidente

Priscila Silvério Sleutjes

Vice-Presidente

David Franco Ayub

Secretário Executivo